

Fundamentos

Manejo adequado perpetua os estoques e a própria floresta

Paulo Renato Schneider e César Augusto Guimarães Finger *



W. P. LIMA, USP, ESALQ

Manejo visando à preservação da diversidade botânica; Telêmaco Borba, PR

A ação do homem sobre os ecossistemas – em qualquer parte do mundo e em época atual ou anterior – constituiu-se no alicerce do desenvolvimento social e econômico das comunidades. Embora esse seja um fato aceito, muitas vezes o recurso natural é considerado, tal sua abundância, um empecilho ao desenvolvimento econômico e, por isso mesmo, é subaproveitado ou mesmo dizimado, dando lugar a outras atividades econômicas. Essa é ainda a realidade em nosso país,

onde florestas são derrubadas para dar lugar à expansão da agropecuária, em decorrência do valor irrisório do capital representado pela madeira e do preço zero pago pelos benefícios ambientais fornecidos pela floresta.

O consumo desordenado, o desperdício e a substituição das florestas têm levado, desde épocas remotas, ao desabastecimento de madeira e à inviabilização de empreendimentos, obrigando governos ao confisco, à restrição e à regu-

lamentação do corte de árvores. Várias proibições, restrições e punições visando a regulamentar o uso da floresta datam do século XIV, na Áustria, quando foi proibido o corte de madeira sem permissão oficial, tendo sido vetado também deixar madeiras apodrecerem e animais domésticos em florestas, pois comprometiam sua regeneração. Essas, dentre outras tentativas de recuperação e manutenção do abastecimento com produtos florestais, não evitaram a escassez de madeira, obrigando a mudanças nas políticas de uso das florestas e no desenvolvimento de métodos que propiciassem o melhor aproveitamento dos recursos florestais.

A proibição de uso, por si só, provou ser a pior política que se pode implementar nesse caso, pois leva à perda de valor econômico, ao desinteresse e à substituição da atividade. Ao contrário, o incentivo do consumo de madeira e do manejo racional da floresta, como produtora de bens materiais e imateriais, é a única forma de garantir sua recuperação, bem como sua perpetuidade. Nesse sentido, grande avanço foi dado a partir da idéia da sustentabilidade, formulada no início do século XVI, e desde então desenvolvido, até os tempos atuais. O termo sustentabilidade foi utilizado pela primeira vez por Hans Carl von Carlowitz, em 1713 na Alemanha, em seu livro *Silviculture æconomica*, no qual afirmou que “a floresta deveria fornecer produtos madeireiros e não-madeireiros às gerações

atuais e às futuras, em igual quantidade e qualidade às hoje disponíveis” (apud Speidel, 1972). Esse conceito, difundido globalmente, transcendeu a área florestal, sendo atualmente utilizado em todos os segmentos sócio-econômicos, e para as mais diversas finalidades.

Ao manejar a floresta, é preciso que periodicamente seja cortada uma quantidade do estoque de madeira igual ao crescimento das árvores, proporcionando assim a perpetuação do estoque fornecido e da própria floresta, bem como dos benefícios imateriais por ela disponibilizados. Isso requer um planejamento de longo prazo e a manutenção do equilíbrio do ecossistema, condições básicas ao suporte dos bens materiais e imateriais, pois sem a manutenção da capacidade produtiva do solo, não há condições propícias de sustentabilidade, em longo prazo. A quantidade de madeira passível de corte corresponde então à soma do crescimento de cada árvore da floresta em um determinado período, sendo obtida principalmente pelo corte das árvores ou áreas que atingiram a maturidade física ou econômica.


A palavra sustentabilidade é um termo neutro e está diretamente ligada às expressões manutenção, constância, continuidade e não-interrupção de um efeito ou condição. Assim, seu significado preciso só pode ser conhecido após a definição do objetivo que se quer alcançar, ou seja – em nosso caso – a produção de madeira ou a maximização dos bens imateriais, como a proteção do solo, dos mananciais hídricos, da paisagem e da fauna, entre outros. No setor florestal, a sustentabilidade, como princípio de perpetuidade, considera os aspectos básicos fundamentados por Speidel (1972), quais sejam: 1) oferta regular de madeira para suprir a demanda regional e de mercados distantes, buscando a cobertura dos custos e a remuneração do capital; 2) produção contínua e constante dos efeitos de proteção ambiental (água, ar, solo etc.) e do bem-estar da

população, levando-se em conta que quanto melhor utilizada a capacidade de produção da floresta, regular e continuamente, menores serão os custos do empreendimento; 3) maior estabilidade de empregos e benefícios sociais; 4) representação da sustentabilidade da floresta por meio de rendimentos regulares e liquidez; 5) aumento da segurança com o manejo dos povoamentos, pois, com o trabalho continuado, são reduzidos os perigos de incêndios, ataques de insetos, doenças, ventos e de outros fatores que podem causar danos; 6) estabilidade da organização a longo prazo, que é dependente da quantidade, continuidade e liquidez da produção, sendo condição para a sustentabilidade.

O termo manejo que, no início, considerava apenas a produção contínua de madeira, foi sendo alterado, envolvendo atualmente também o planejamento econômico e ecológico da floresta, a médio e longo prazos, com base no princípio de regime sustentado e uso múltiplo. Sem dúvida, a utilização do princípio do manejo sustentado foi, em todo o mundo, a garantia para a manutenção e recuperação de áreas florestais, da estabilidade ecológica e do abastecimento contínuo da indústria e da população. Esse preceito aplica-se a todo tipo florestal, nativo e em monoculturas de espécies exóticas, pois busca adequar a quantidade e a qualidade da produção florestal segundo os objetivos técnicos e econômicos estabelecidos, que estão condicionados à capacidade do sítio, à manutenção da qualidade ambiental e às leis de mercado.

Assim, garantida a perpetuidade da floresta, cabe ao administrador florestal analisar a pertinência de manejá-la, maximizando sua produção (ou seja, o volume do corte final, somado aos dos desbastes), bem como considerar a dimensão e qualidade das árvores, pois árvores de maior diâmetro e que forem desramadas de forma adequada alcançam facilmente maior valor de mercado. Dessa

forma, o termo uso “múltiplo” relaciona-se, no manejo florestal, à condução das árvores de maior diâmetro, com lenho isento de nó e, concomitantemente, com a produção de bens imateriais. Essa estratégia de produção requer técnicas de desbaste e desrama em intensidades e épocas variadas, aplicadas segundo a capacidade do sítio, o vigor e o estágio de desenvolvimento da floresta, objetivando a produção de árvores de dimensões e qualidade apropriadas. Deve-se entretanto planejar e executar o desbaste e a desrama de forma criteriosa, observando-se a capacidade do sítio e o estágio de desenvolvimento da floresta. Desbastes realizados tendo unicamente a idade como diretriz, e com intensidade inadequada, conduz invariavelmente à redução da produção volumétrica, podendo diminuir a rentabilidade e até comprometer a estabilidade econômica do empreendimento.

Pode-se estabelecer, por fim, que o manejo de uma floresta em regime sustentado depende não somente das condições naturais, mas também das econômicas. Isso porque a sustentabilidade natural e a econômica são condições complementares para a continuidade do empreendimento florestal. Sem sustentabilidade natural, não existe continuidade econômica, e, por outro lado, sem a condição econômica, não podem ser ofertados continuamente produtos madeiráveis e não-madeiráveis. 

***Paulo Renato Schneider**
(paulors@smail.ufsm.br) e **César Augusto Guimarães Finger**
(finger@smail.ufsm.br)
são professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SPEIDEL, G. *Planung im forstbetrieb*. Hamburg: Paul Parey, 1972. 267p.